RECURSO Nº , DE 2009
(Do Sr. GUSTAVO FRUET)

Recorre da decisão da Presidência que indeferiu a desapensação do Projeto de Lei nº 7.472, de 2002, do Projeto de Lei nº 4.359, de 2001, e sua apensação ao Projeto de Lei nº 5.938, de 2009.

Senhor Presidente,

Com base no art. 142, inciso I, do Regimento Interno, recorro ao Plenário da decisão da Presidência que indeferiu a desapensação do Projeto de Lei nº 7.472, de 2002, de minha autoria, que “Altera o art. 9º da Lei nº 7.525, de 22 de julho de 1986”, dispondo que caberá ao IBGE traçar a projeção dos limites territoriais dos Estados e Municípios confrontantes e a delimitação entre estados vizinhos produtores de petróleo e gás natural, com vistas a participação nos resultados ou pagamento de compensação financeira, do Projeto de Lei nº 4.359, de 2001, e que o mesmo seja apensado ao Projeto de Lei nº 5.938, de 2009, do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas, altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”, pelo fato das citadas proposições tratarem de matérias correlatas. Trata-se de definir critérios objetivos referente à delimitação do mar territorial e da área do pré-sal que poderá ser ampliada, conforme o projeto.

Sala das Sessões, em 6 de outubro de 2009.

Deputado **GUSTAVO FRUET**